



Boletim do IAC

Instituto de Apoio à Criança

N.º 31 ♦ MAIO/JUNHO ♦ 1993 ♦ BIMESTRAL

6.º ENCONTRO NACIONAL DE LUDOTECAS E ESPAÇOS DE JOGO AO AR LIVRE BRINCAR E JOGAR É UM DIREITO



FOTOGRAFIA DE PEDRO CUNHA

EDITORIAL

NATÁLIA PAIS

As organizações nacionais radicam em movimentos que, num dado momento histórico, foram internacionalmente reconhecidos por visarem a defesa de valores universais em que o homem não pode deixar de acreditar, quanto mais não seja para ser coerente com a sua condição existencial como indivíduo e membro de uma sociedade.

O IAC é uma dessas instituições criada à imagem de outras que em diversas partes do Mundo aceitaram defender os Direitos da Criança e acreditaram que é possível educar para um mundo melhor, onde a paz, a dignidade, a "tolerância, a igualdade e a solidariedade" sejam desejáveis e realizáveis.

A década de 70 foi marcada em Portugal por um conjunto muito diversificado de tentativas de promover instituições, associações e organismos dirigidos à criança, tendo sido mais notó-

ria a proliferação desses projectos a partir de 1979 (Ano Internacional da Criança).

Sobre muitos desses projectos seria possível dizer que o que estava em causa não era "criar uma instituição para a Criança, mas institucionalizar as crianças",

O IAC surgiu, pois, como uma resposta capaz de assumir, de um modo global: a defesa dos Direitos das Crianças; o amor pela Natureza; o respeito pelas tradições; o desejo de renovação.

Situa-se, no plano internacional, na linha dos continuadores e defensores dos Direitos Humanos e dos Direitos da Criança (representado na IPA e na ITLA); no plano nacional, como frente de protesto em relação aos que prevêem institucionalizar a criança, e como força viva no caminho certo... o da Utopia que norteou a sua criação.

6º ENCONTRO NACIONAL DE LUDOTECAS E ESPAÇOS DE JOGO AO AR LIVRE

ACÇÃO, LIBERDADE E PRAZER

FILOMENA VIEGAS E LEONOR SANTOS

ESTAS palavras da intervenção final traduziriam a expressão do 6º Encontro Nacional de Ludotecas e Espaços de Jogo ao Ar Livre, que, ao reflectir sobre a importância do jogo e do tempo livre — considerando as transformações da vida social e tomadas de decisão necessárias à aquisição de uma cultura lúdica dos cidadãos na sociedade do futuro —, procurou equacionar a problemática da actividade lúdica.

Definindo as estratégias sobre a defesa do direito da criança portuguesa ao jogo, tendo em conta referências internacionais e europeias; estabelecendo a relação entre a actividade lúdica e o tempo livre no desenvolvimento de dinâmicas comunitárias; identificando estratégias de formação de técnicos de actividade lúdica e o seu enquadramento institucional; fazendo a análise de experiências realizadas no âmbito de ludotecas e espaços de jogo ao ar livre no contexto cultural português e definindo as linhas de estudo e intervenção social relacionadas com o jogo e a criança, o Encontro — que se realizou no Hotel Altis, em Lisboa, nos dias 24, 25, 26 e 27 de Maio — organizou em sete temas os debates, enriquecidos com conferências e comunicações especializadas.

JOGO E TRADIÇÕES CULTURAIS

O primeiro tema, *Jogo e Tradições Culturais*, foi introduzido por uma mesa redonda — “Os jogos na cultura portuguesa” —, a que se seguiram três comunicações livres.



BOLETIM DO IAC
Nº 31
MAIO/JUNHO 1994
director
Matilde Rosa Araújo
coordenação
Grupo Técnico do IAC
António Torrado
Clara Gasalho
Leonor Santos
edição
Instituto de Apoio à Criança
Largo da Memória, 14
1300 Lisboa
concepção gráfica
e produção
Joana Imaginário
fotolitos
Roseta, Lda
impressão
Tipografia Lugo
depósito legal
Nº 74 186/94
tiragem
3000 ex.

Graça Guedes, da Faculdade de Ciências e de Educação Física da Universidade do Porto, apresentou “O património lúdico e o desenvolvimento da criança — os jogos de ontem no 3º milénio”, em que começou por referir o lugar preponderante que a actividade lúdica

AO FIM DE 11 ANOS DE TRABALHO DO IAC E DO GRUPO DA ACTIVIDADE LÚDICA, FOI POSSÍVEL CONSCIENCIALIZAR PESSOAS E ENTIDADES QUANTO À IMPORTÂNCIA DA ACTIVIDADE LÚDICA NO DESENVOLVIMENTO FÍSICO E MENTAL DA CRIANÇA. E FOI POSSÍVEL INTEGRAR NESTE TRABALHO INTERDISCIPLINAR TÉCNICOS COM FORMAÇÕES E EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DISTINTAS QUE TÊM POR OBJECTIVO VALORIZAR O SIGNIFICADO CULTURAL, SOCIAL E EDUCATIVO DA ACTIVIDADE LÚDICA.

ocupa na vida das crianças. “Devolver às crianças de hoje e de amanhã os jogos das crianças de ontem é uma proposta que será feita a partir de uma análise aprofundada destes jogos, análise que deverá fundamentar-se nas teorias científicas modernas, relativamente aos aspectos semióticos, bioenergéticos, psicossomáticos, para além das interculturalistas”.

“Brincar com os Olhos de Brueghel” foi a comunicação de João da Silva Amado, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. A referência ao pintor relaciona-se com um seu célebre quadro, o Velho, pintado em 1560 e que é conhecido por “Jogos Infantis”. De facto, é muito frequente encontrar o quadro a decorar capas de livros, ilustrando artigos de revistas, sobre temas lúdicos, e até em postais e selos. “Proponho-me fazer uma viagem pelo interior dessa aldeia de cores mágicas, despejada de adultos, mas estoirando de alegria em cada canto pela acção do gesto e da expressão de dezenas de crianças jogando livremente os mais diversos jogos e brincando fantasiadamente com os mais inesperados brinquedos. E assim, para além do prazer que esta obra-prima da arte europeia, inevitavelmente, me desperta, procurei centrá-la como documento ímpar, na história da criança, do jogo e do brinquedo”, refere o autor.

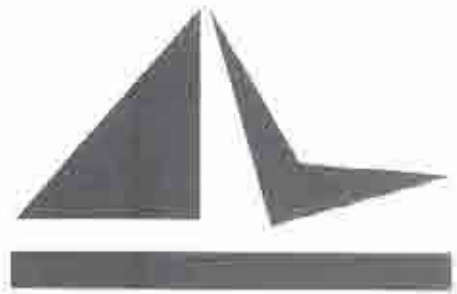
A última comunicação livre deste tema, da autoria de Constança Brás, da Escola Superior de Educação de Faro, intitulou-se “Portugal-Índia, património cultural lúdico — jogos tradicionais”. Começando por se referir ao seu entusiasmo em retomar um contacto quase extinto e, durante séculos, tão enriquecedor, com as gentes de Goa, Damão e Diu e a oportunidade de aprofundar o conhecimento de uma cultura tão fortemente baseada nas tradições populares, procurando influências deixadas e recebidas, a oradora lembrou que, em recolhas lúdicas semelhantes, foram privilegiados os jogos tradicionais das crian-

ças, tendo presente a Declaração dos Direitos da Criança que define o jogo como um dos seus direitos fundamentais. A permanência destes jogos, por outro lado, poderá diminuir a distância entre gerações e contribuir para a preservação de uma herança cultural. Por isso, Constança Brás se propôs realizar um estudo comparativo das actividades lúdicas tradicionais praticadas ainda hoje em Portugal e na Índia, na esperança de reencontrar práticas parecidas e resultantes de uma memória hoje quase perdida.

JOGO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMUNITÁRIO

O segundo tema, *Jogo e Desenvolvimento Social e Comunitário*, foi iniciado com uma conferência de José Manuel Constantino, da Câmara Municipal de Oeiras (“Jogo e envolvimento social comunitário — o papel dos municípios”), onde começou por se referir ao facto de as transformações sociais ocorridas nas últimas décadas terem conduzido a que hoje as crianças vivam mais fragilizadas face ao meio envolvente, tenham perdido algumas das referências e dos padrões de socialização tradicionais e cresçam num meio progressivamente mais descolorido, desvitalizado e confuso. Por isso, disse, as autarquias devem intervir junto da população infantil, ultrapassando quer a perspectiva assistencial junto das crianças oriundas de meios mais desfavorecidos, quer a perspectiva social no plano da oferta de espaços e de actividades, sem dúvida necessárias, indispensáveis, mas insuficientes. E o autarca apresentaria o que designou por matriz de uma política municipal para a infância, nela incluindo a magna questão dos espaços e dos equipamentos para a actividade lúdica.

Depois de K.A.J. Edanios, da Câmara de Sintra, ter apresentado a comunicação “Projecto comunidades saudáveis”, coube a José Simoes, da Câmara



do Entroncamento, apresentar "A experiência do projecto LudiarTE", a propósito da qual diria: "A realização de mais um encontro de ludotecas pressupõe que este tipo de equipamentos para crianças está em expansão no nosso país e o seu movimento ganha espaço e notoriedade. Pretende-se pois apresentar a ideia de um novo projecto para crianças, o LudiarTE, que propõe não apenas um arquivo de jogos que se podem requisitar para jogar no local ou levar para casa por empréstimo, nem apenas um espaço lúdico para ocupação dos tempos livres, mas um espaço dotado dos meios adequados ao desenvolvimento da expressividade que seja ao mesmo tempo uma ludoteca, um espaço de aventura, um centro de produção artística e um equipamento educativo".

"Projecto R.O.D.A. — recriar, olhar, descobrir, acolher" é o título da comunicação de Maria do Rosário Fragoço Seixas, do Departamento de Acção Social da Câmara de Lisboa, que se referiu aos objectivos específicos e à filosofia que animam o departamento a que pertence, organismo que, de forma muito especial, contribui para a melhoria da situação das crianças em dificuldade e risco da cidade de Lisboa.

Paulo Lopes, do Centro de Investigação e Intervenção Educativas da FOCT, da Universidade do Porto, e Elisa Monteiro, da Escola nº 2 da Parede, apresentaram a comunicação "Jogos e brincadeiras numa perspectiva multicultural: algumas pistas para estratégias de colheita na escola e comunidade". Exemplificam-se alguns jogos cabo-verdianos, angolanos e portugueses recolhidos numa etapa de uma pesquisa levada a cabo por três professores do 1º ciclo da Escola nº 2 da Parede, no âmbito do projecto "Educação e diversidade cultural, para uma sinergia de efeitos de investigação".

Em "Ludoteca escolar", Maria Joaquina Salgado, da Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais, de Guimarães, abordou a questão sob três vectores: ludoteca como espaço inovador na educação da criança; valorização do jogo no desenvolvimento da criança nos meios rurais; ludoteca como instrumento privilegiado de integração na comunidade.

Sobre "Espaços de Aventura", Pedro Ascensão, do Projecto Radial da Escola Superior de Educação de Faro, diria que o Espaço Aventura é uma área natural, com muita vegetação e cujo material de

base é a madeira, as cordas, os paus e pedras ou outros recursos naturais. Tem duas áreas diferenciadas: uma para actividades livres e outra de aparelhos fixos mas de exploração diversa. No conjunto, pretendem ser um espaço de improviso e criatividade onde as trocas são possíveis, o prazer se faz e desfaz e se inventa de novo.

Ainda Pedro Ascensão e Ana Maria Martins, da Ludoteca Itinerante do Concelho de Mértola, apresentaram um projecto conjunto da Santa Casa da Misericórdia e da Câmara de Mértola, co-financiado pelo programa Leader e desenvolvido com o apoio do Projecto Radial. Lançado em 1993, abrange, desde Abril de 94, 15 localidades e montes do concelho, num total de cerca de 200 crianças entre os 3 e os 12 anos de idade.

Ariel Castelo, do IPA do Uruguai, apresentaria a comunicação "El campeonato cuando la vida es juego", a encerrar o tema.

CONTEXTOS E PRAÁTICAS LÚDICAS

Contextos e Práticas Lúdicas foi o terceiro tema do encontro, que se iniciou com a conferência "Diálogo criança-brinquedo, as suas implicações no desenvolvimento", em que Conceição Taborda, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da UC, salientaria que a ideia genérica que se defende consiste em admitir que o brinquedo é susceptível de desempenhar uma função estruturante, ao nível do desenvolvimento da criança.

Susana Gamito Gomes, da Faculdade de Motricidade Humana, faria de seguida a primeira comunicação livre, "Estudo da concepção, estrutura e modo de funcionamento das ludotecas em Portugal", cujo objectivo é obter um conjunto de informações que contribuam para uma avaliação qualitativa da concepção, estrutura e modo de funcionamento das ludotecas em Portugal, para, mais especificamente, realizar um estudo analítico que possa detectar lacunas e carências, quer na filosofia que esteve na base da concepção e criação das ludotecas, quer no perfil da intervenção do ludotecário.

"É uma velha carrinha da Gulbenkian que por um triz não ficou presa nas malhas da Inspeção. Lá dentro, duas animadoras, meio submersas em brinquedos e jogos, vão rumando de uma para outra aldeia", e foi a partir daqui que M. Luz Gonçalves, do Grupo Aprender em Festa, de Gouveia, introduziram a sua comunicação, "A tenda das tropelias — Relato de uma experiência".

A Ludoteca/Biblioteca Municipal de Beja, com apoio e orientação técnica do IAC, apresentou a comunicação "O

sopro mágico das palavras", e António Torrado, "A palavra em jogo".

Cristina Passos, da Liga Portuguesa de Deficientes Motores, apresentou "Ludoliga — Uma experiência lúdica integrada", igualmente apoiada pelo IAC. "Brincar ocupa dentro dos meios de expressão da criança um lugar privilegiado. Do ponto de vista do desenvolvimento, brincar e jogar são uma necessidade porque iniciam uma boa relação com a realidade e porque de forma agradável permitem a integração no mundo das relações sociais". E adiantaria que ao criar uma ludoteca da LPDM o objectivo foi promover a interacção entre população com deficiência, de forma a facilitar a aceitação mútua e o desenvolvimento de uma atitude positiva face à mesma. O espaço, referido, é frequentado por utentes dos Programas de reabilitação, familiares, amigos, crianças e jovens da comunidade. "O jogo pode ser um instrumento poderoso para promover a normalização e ajudar a criança a desenvolver-se no seio da família e na comunidade".

"Conceptualização de um projecto", comunicação em que Maria da Luz Melo e Helena Morgado, do Centro de Saúde de Ponta Delgada, falaram de uma experiência com cinco anos, a Ludoteca de Feteiras, inaugurada em 23 de Maio de 1988.

Seguiu-se a comunicação "O jogo é como o amor", em que Marta Tiago e M. Carmo Dias, do Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian, ilustraram o significado da palavra brincar para a criança, baseando-se em autores como Winnicott, Mendes Leal e outros, bem como na observação de actividades lúdicas em crianças de várias idades.

Em "A mala de Mary Poppins", Ana Antunes, Gracinda Vilaça e Isilda Nobre, do Sector Pré-Escolar da Equipa de Educação Especial da Caparica, dão a conhecer um projecto realizado no seu sector, no ano lectivo de 93/94, nos jardins de infância abrangidos pela zona geográfica de atendimento da equipa.

"Estudo do comportamento exploratório em crianças normais e com síndrome de Down — análise das formas de exploração e sua organização" foi uma abordagem de Cláudia Carmo e Sousa, da Direcção Regional de Educação Especial do Funchal, e Maria Teresa Brandão, da Faculdade de Motricidade Humana, sobre um grupo de crianças normais e com o síndrome de



6º ENCONTRO NACIONAL DE LUDOPEDAGOGIA

Down, em situações de interacção com um brinquedo (*play-center*), com o objectivo de identificar semelhanças no modo como ambos os grupos exploram o mesmo.

"Hoje em dia, são muitos os atractivos na ocupação dos tempos livres das crianças e jovens. Neste sentido, destacam-se os jogos electrónicos e os microcomputadores que invadiram o mercado nacional numa difusão em larga escala, assente num poderoso marketing publicitário", assim foi abordada a "Influência dos computadores e jogos electrónicos na educação", por M. Botelho, A. Matias, D. Maia, G. Barata e N. Costa, da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física do Porto, que constatariam que o abandono das brincadeiras tradicionais por troca com a imobilidade obsessiva foi motivo da sua preocupação e levou-os ao estudo da influência daqueles jogos na população escolar.

Fátima Álvares, Esmeralda Lopes, Rosa M. Santos e Valentina Jorge, da Escola Preparatória Fernão Lopes, começam por referir que num velho edifício lisboeta adaptado a escola vivem 500 crianças do 2º ciclo do ensino básico até agora sem direito a brincar/jogar por falta de instalações. Em "Pelo direito a brincar/jogar, uma nova ludoteca escolar" dão conta de como esta situação pôde ser ultrapassada.

"Aprender jogando", de Luís A.P. Silva (FCDEF do Porto) e "Jogo e espaço escolar", de Luís Bom, da Faculdade de Motricidade Humana, antecederam a comunicação com que terminou este tema, "Alegoria a propósito de uma escola primária no tempo da LudoEscola", em que Delfim Brás, da Câmara Municipal de Oeiras, fala de um "espaço sem tempo" onde "decorre um olhar sobre o nosso tempo, sobre o outro tempo, sobre o próximo tempo. Parece que chove".

JOGO E FORMAÇÃO/INVESTIGAÇÃO

Jogo e Formação/Investigação é o quarto tema, que se iniciou com uma conferência da Maria Borja Solé, da Universidade de Barcelona, sobre "O jogo e a formação".

Das comunicações livres, a primeira foi do professor Marcos Onotre, da Faculdade de Motricidade Humana, sobre "A actividade lúdica na formação dos professores". "Desinteresse, sacrifício e alheamento são estados de espírito partilhados por um sector significativo da população escolar relativamente à sua educação", conclusão de que partiu para referir que "o professor está numa

posição de destaque para desencadear e animar este processo. Ele é o interlocutor privilegiado junto dos alunos, dos pais, da comunidade".

A equipa de Coordenação e Dinamização da Ludoteca e Biblioteca Infantil da Escola Superior de Educação de Castelo Branco apresentou uma comunicação sobre "A ludoteca e a formação de professores" que indica quatro prioridades: ser um espaço muito informal; permitir aos alunos que se tornem educadores e professores; funcionar como um centro de recursos; e como um pólo de informação, formação e investigação e espaço privilegiado de observação-acção.

Em "Resultados de uma investigação sobre a dimensão lúdica no jardim de infância e suas implicações", Emília Carvalho e José Tavares, da Universidade de Aveiro, apresentaram reflexões e recomendações com base em resultados de uma investigação levada a cabo

na UA para a obtenção do grau de mestre em Ciências da Educação na especialidade de Activitação do Desenvolvimento Psicológico — "A dimensão lúdica e o desenvolvimento humano em crianças dos 3 aos 6 anos".

"Projecto Bullying — Análise preliminar das situações de agressão no ensino básico" foi a comunicação de Beatriz Oliveira Pereira, Ana Tomás de Almeida e Lucília Valente, do Centro de Formação de Professores e Educadores de Infância da Universidade do Minho. A agressividade nas escolas é um problema sentido na sala de aula e em particular nos espaços de recreio, referem, para esclarecer que quando falam de agressividade não visam o sentido unidimensional da violência física, mas todas as situações de agressão psicológica, tais como chamar nomes, não falar com certa criança, assédio sexual ou ainda agressão indirecta, contar uma história sobre outro, criando rumores na sala de aula, etc. Conhecendo os efeitos da violência a curto e médio prazo, parece ser urgente que a escola intervenha de forma eficiente desde as primeiras idades na prevenção

IPA BOARD COUNCIL MEETING:

Assegurada a representação portuguesa no International Association for the Child's Right to Play (IPA), quando da realização do Congresso Mundial sobre o Jogo, em Fevereiro de 1993, em Melbourne (Austrália), foi possível organizar, de 20 a 27 de Maio último, nas instalações da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, uma reunião internacional desta organização.

Durante o "Board" e o "Council meeting" os países e os seus representantes nacionais eram os seguintes: EUA (Narcy Guddemi, Robin Moore, presidente do IPA); Canada (Valerie Fronezek); Urugual (Ariel Castel); Reino Unido (Linda Antell, Peter Heseltine, Maggie Walker); Suécia (Brian Ashley, Karin Gronvall); Escócia (John Fyer); Finlândia (Sinnika Kuosmanen); Holanda (J.A.M. Rijen, Gerrit Lekkerkerker); Austrália (Pauline Berry); França (Fabienne Tanon, representante do IPA na UNESCO); Portugal (Carlos Neto).

Esta reunião decorreu paralelamente à realização do VI Encontro Nacional de Ludotecas e Espaços de Jogo ao Ar Livre. Durante estes dois eventos teve lugar um seminário

sobre o artº 31º referente aos direitos da criança ao jogo e publicação em português (novo formato) da declaração do IPA sobre a criança e o direito ao jogo e um autocolante de divulgação da Associação.

O IPA é uma organização interdisciplinar e não governamental que proporciona um fórum internacional e que defende a promoção de oportunidades de brincar. Cooperar com as organizações das Nações Unidas e é reconhecida pela UNESCO, ECOSOC (Conselho Económico e Social), e UNICEF em múltiplas iniciativas relacionadas com a promoção dos direitos da criança ao jogo.

Durante os trabalhos relativos ao Encontro do IPA, foram debatidas diversas temáticas, de que se apresenta um resumo:

1. Correspondência recebida dos diversos membros e países e avaliação do último Congresso Mundial realizado na Austrália.
2. Ponto da situação sobre publicações e instrumentos de trabalho: normas, resoluções e alteração do Livro do IPA; Play Journal e Playrights (publicação oficial do IPA).
3. Conferências regionais a realizar em Montevideo (Agosto, 22-24); Edimburgo (Setembro, 7-9); Hong Kong (Setembro, 22-24); Vitoria, Canadá (Junho, 20-23); Alabama, EUA (Agosto, 24-27 de 95).
4. Conferência Mundial a realizar em 1996 (Agosto, 12-17) na Finlândia. Foram definidas três áreas (play space-play things-play people)

de situações de vitimização, evitando-as e preparando estas crianças para melhor se defenderem.

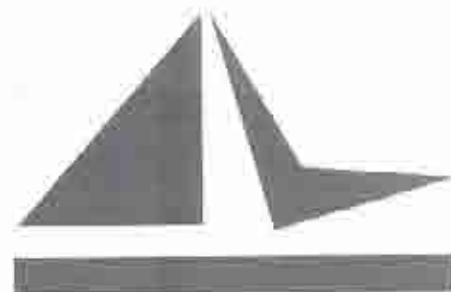
"Brinquedo como medium de comunicação social", comunicação apresentada por Conceição Oliveira Lopes, do Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro, começa por citar Heidegger ("tudo o que existe e se manifesta, ao mesmo tempo que apresenta algo, também esconde"), e afirma pretender "desocultar" o brinquedo enquanto objecto de técnica para, com isso, procurar a verdade do brincar na condição humana e contribuir para a conceptualização do brinquedo como medium de comunicação social.

Vanda Moreira, Fernando Saraiva e Ana Teixeira, da Associação de Ludotecas do Porto, com "Investigação/participação — relato de uma experiência", fariam a última comunicação deste tema, a que se seguiu a conferência "Perspectivas de investigação sobre o jogo e o desenvolvimento da criança", de Carlos Neto, da Faculdade de Motricidade Humana. Referiu que a investigação sobre o jogo, considerando

as suas implicações no desenvolvimento da criança, tem vindo a merecer, nas últimas décadas, um interesse crescente pela comunidade científica, visível em trabalhos publicados em revistas da especialidade, livros, periodicidade de encontros e congressos, ou ainda em experiências realizadas em situações reais com crianças. No entanto, acrescentaria, o estudo do jogo apresenta-se como um fenómeno complexo e global.

FUNDAMENTO E ORGANIZAÇÃO DE ESPAÇOS DE JOGO

O tema *Fundamento e Organização de Espaços de Jogo* foi aberto com uma conferência. Vítor Fonseca, da Faculdade de Motricidade Humana, falaria de "Actividade Lúdica: tendências filogenéticas e ontogenéticas". A abordagem filogenética procurará estudar neurofuncionalmente, disse, algumas teorias recapitulacionistas da actividade lúdica.



actividade exclusiva e característica dos mamíferos, pondo em destaque o papel da sua maturação lenta, a expansão e diferenciação do seu cérebro e a importância selectiva da neotenia, ou seja, a ocorrência de uma complexidade adaptativa paralelamente acompanhada por uma matriz evolutiva retardada.

A primeira comunicação deste tema, da responsabilidade de Maria José Brito, da Escola Superior de Educação de Setúbal, referiria que a compreensão do processo de estruturação espacial da criança leva à selecção de actividades que sejam conducentes à descoberta e assimilação de diversas orientações e relações espaciais. Com o título "A criança, o jogo e a percepção do espaço", a comunicação apresentou alguns factos que, pela sua influência

SBOA 1994

relacionadas com o objectivo do Congresso — "jogo e desenvolvimento". O tema principal recairá sobre a criação, protecção e preservação do espaço.

5. Estratégias sobre o que o IPA pode desenvolver através do Ano Internacional da Família respeitante à promoção dos direitos da criança ao jogo.

6. Definição de propostas sobre a acção das ONG no desenvolvimento do artº 31º em todos os países.

7. Apresentação do trabalho de E. Tanon (representante na UNESCO) das actividades realizadas em África (projecto Senegal) e os contactos periódicos com a UNESCO. Foram definidas ideias futuras de colaboração com Portugal sobre a expansão do projecto pelos países de expressão portuguesa. Referido ainda o projecto da UNESCO para 1995 sobre o ano dedicado à "Tolerância". Avençadas ideias sobre a realização de experiências em todos os países (vídeo), ficando responsável José Rijen (Holanda) pela coordenação do projecto e Brian Ashley (Suécia) e Carlos Neto (Portugal) pela coordenação na área da Investigação.

8. O que pode o IPA fazer para melhorar a sua organização nos anos 90? O presidente do IPA, Robin Moore, apresentou algumas preocupações sobre as modificações sociais, económicas e políticas no mundo e o quadro de alterações necessárias sobre a implementação de incentivos relacionados com a criança e o jogo (The focus in change!). Foram ainda abordadas

as situações difíceis de alguns países em zonas geográficas em crise e a situação dos direitos das crianças.

Durante os oito dias do encontro, cada país representado teve a oportunidade de apresentar uma síntese do trabalho efectuado (Play around the world). Foi referido o trabalho efectuado em Portugal considerando as instituições e projectos:

a) O papel do campo de actividade lúdica do IAC na promoção dos direitos da criança ao jogo, implementação de ludotecas, espaços de jogo e animação lúdica;

b) O desenvolvimento de actividades de investigação sobre o jogo e o desenvolvimento da criança através da realização de seminários, publicação de textos e formação pós-graduada com ligações aos meios universitários;

c) Uma maior sensibilidade das municipalidades para a implementação de espaços, equipamentos e actividades relacionadas com a criança e o jogo;

d) A criação de organizações nacionais relacionadas com a defesa dos direitos da criança ao jogo.

Todos os membros presentes do IPA tiveram a oportunidade de visitar alguns locais de Lisboa relacionados com a ac-

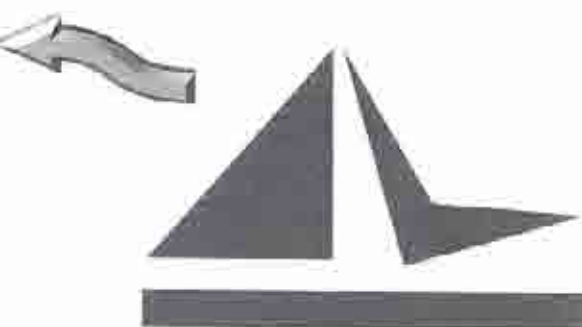
tividade lúdica (Parque da Serafina, Parque do Alvito, Jardim da Estrela, Ludoteca dos Prazeres, Ludoteca da Escola Preparatória Francisco de Aranda, Espaços Ludisod do Serviço de Pediatria do Hospital de Stª Maria, Jardim e Centro Artístico Infantil da Fundação Gulbenkian, Ludoteca da Liga dos Deficientes Mútuos).

A avaliação foi francamente positiva sobre os modelos e concepções dos espaços visitados.

No dia 27 teve lugar o Seminário do IPA dedicado ao artº 31º no decorrer do VI Encontro de Ludotecas e Espaços de Jogo ao Ar Livre. Cada membro referiu as preocupações no seu país, relacionadas com a implementação e divulgação dos direitos da criança ao jogo, concluindo-se da grande dinâmica internacional existente e das intenções futuras quanto a projectos ao nível jurídico, social e comunitário.

Concluiu-se que a realização deste Encontro organizado pelo IAC se revestiu de grande alcance internacional, considerando o trabalho já desenvolvido e os objectivos existentes a médio prazo no âmbito da actividade lúdica.

CARLOS NETO



no comportamento humano, deverão ser observados quando da efectivação de espaços lúdicos.

“Espaços de jogo, brinquedos e crianças com necessidades especiais” foi a comunicação de Teresa Brandão, do Departamento de Educação Especial e Reabilitação da FMH. “Num final de século, em que se encontra amplamente provada a extraordinária importância do jogo no desenvolvimento global da criança, se reflectem e investigam os potenciais benefícios da sua utilização sistemática no apoio pedagógico e terapêutico a crianças com quadros diferenciados de necessidades especiais e se considera o conceito de ‘normalização’ como princípio orientador das práticas mais adequadas neste âmbito, pensamos que a realidade nacional nos contextos lúdicos para crianças com deficiências merece reflexão aprofundada”.

Apresentada por J. Costa Trindade, Manuela Madeira, Carlote Freitas, Conceição Vieira e Gomes Pedro, do Ambulatório do Serviço de Pediatria do Hospital de Stª Maria, e Leonor Santos, do IAC, a comunicação “Ambulatório de Pediatria — Um espaço de brincar”, salientou que o acolhimento caloroso da criança aterrorizada pelo hospital e fragilizada pela doença foi a “pedra de toque” na filosofia da reestruturação do Ambulatório de Pediatria do Hospital de Stª Maria (apoiado pelo IAC). A comunicação apresentou os resultados preliminares de um questionário que pretende avaliar a qualidade do serviço tendente a ajustes ulteriores.

Como última comunicação deste quinto tema, José Rijnen, do IPA Holanda, em “Participação das crianças na planificação e construção do espaço de jogos”, apresenta exemplos de participação da comunidade na planificação e na construção de um espaço de jogos, onde se mostra como educar e incentivar os adultos para que estes trabalhem com os seus filhos.

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

O sexto tema, *Organizações Internacionais*, incluiu uma conferência, de Claude Paulet, conselheiro na Comissão Comunitária Francesa, vice-presidente da LUDO (Associação dos Ludotecários e Ludotecas da Comunidade Francesa na Bélgica), sobre “A Associação Internacional das Ludotecas: historial e pers-

pectivas”, e o painel “Organizações nacionais e internacionais”, em que participaram Leonor Santos (moderadora, IAC), Robin Moore (IPA, EUA), Claude Paulet (ITLA, Bélgica), M. Borja Solé (Univ. Barcelona), Natália Pais (IAC), Carlos Neto (IAC) e Virgílio Moreira (Assoc.Lud.Porto)

O DIREITO DE BRINCAR

O sétimo e último tema dedicado a *O Direito de Brincar* foi constituído pelo Seminário IPA, que incluiu o painel “Direito da Criança ao Jogo (artº 31º)”, e por uma mesa-redonda sobre “O direito da criança de brincar e de jogar”.

No painel participaram Carlos Neto e Natália Pais (Portugal); Marcy Gudde (EUA); Brian Ashley (Suécia); Valerie Fronczek (Canadá); Maggie Walker (Reino Unido); John Fyer (Escócia); Silvia Schiess (Colômbia); Siniika Kuosmanen (Finlândia); J.A.M. Rijen (Holanda); Ariel Castel (Uruguai), Robin Moore (presidente do IPA, EUA).

A mesa-redonda “O direito da criança de brincar e de jogar” teve o contributo de diferentes perspectivas de abordagem do jogo que se articulam e se completam: a da Educação, a da Saúde, a do Bem-Estar/Ação Social, a do Direito, e contou com a participação de Leonor Santos, Natália Pais e Filomena Viegas, do IAC, e dos juristas Francisco Teixeira da Mota e Henrique Farinha. Estas diferentes abordagens permitiram a criação de um espaço de debate amplo e interdisciplinar, que se alargou aos participantes presentes no encontro, de forma dinâmica e enriquecedora.

Citando Natália Pais, “qualquer que seja a perspectiva em que se aborde o jogo, seja ela biológica, estética, culturalista, política, metafísica, na diversidade do jogo, dos jogos, ressaltam três noções fundamentais, noção de acção, noção de liberdade e noção de prazer”.

O texto do artº 31º da Convenção dos Direitos da Criança consagra o Direito de Brincar e de Jogar nos seguintes termos:

“1 — Os Estados partes reconhecem à criança o direito ao repouso e aos tempos livres, o direito de participar em jogos e actividades recreativas próprias da sua idade e de participar livremente na vida cultural e artística.

2 — Os Estados partes respeitam e promovem o direito da criança de participar plenamente na vida cultural e artística e encorajam a organização, em seu benefício, de formas adequadas de tempos livres e de actividades recreati-

vas, artísticas e culturais em condições de igualdade.”

Que formas e que mecanismos tem o Estado para implementar esse direito?

Que estratégias terão de ser encontradas para que todos aqueles que, quer a nível individual, quer colectivo e institucional, tendo responsabilidades em relação à saúde, à educação e ao bem-estar das crianças, possam conceber este direito de forma consensual?

Como pode a área do Direito constituir-se como instrumento capaz de dar resposta a este problema?

Crianças e jovens que estão retidos em instituições de acolhimento têm garantido o espaço e o tempo para brincar em situações de igualdade com as crianças que não estão nestas instituições?

Afinal, quais são as leis do jogo?

Estas foram algumas das questões levantadas ao longo do debate que permitiram a todos os participantes presentes tomar contacto com a vasta informação sobre experiências e trabalhos que têm sido desenvolvidos ou que podem vir a ter realização a diferentes níveis:

- de implementação do Direito da Criança a brincar, aos brinquedos, aos jogos, aos espaços de jogo;
- de interiorização do direito de brincar em termos de opinião pública;
- da tomada de consciência por parte de técnicos, pais e família de que o direito de brincar deve ser visto integrado no direito à educação e à saúde

O Estado tem de intervir por forma a tornar efectivos e reais os direitos consagrados na Convenção sobre os Direitos da Criança. Assim, é necessário tomar consciência de que o direito de brincar, que tem uma autonomia relativa, é uma componente fundamental do direito da criança à educação. Os pais, as famílias e os responsáveis directos pela educação devem exercer esse direito no interesse das próprias crianças. A aplicação deste direito em sentido restrito pode prender-se com a sua aplicação de modo a permitir que a criança brinque em segurança em relação aos espaços, aos objectos e ao perigo que podem representar: perigo físico, psicológico e moral.

É muito recente a legislação sobre este aspecto. Em Portugal não há qualquer espécie de fiscalização sobre a importação de material considerado como jogo ou brinquedo e a legislação não contempla ainda, enquanto jogo, determinado material electrónico, como é o caso dos videogames. Isto quer dizer que este tipo de jogos não infringe a lei porque a lei não está feita. Importa ainda denunciar o sentido que se está a dar





a palavra "recreação", que é cada vez mais de natureza consumista.

É necessário fazer intervir crianças a nível local para exercerem o seu direito de brincar, para demonstrarem a importância dessa consagração. A título de exemplo, quando se discutem planos urbanísticos a nível de autarquias, quando se dá início a projectos de realojamento de populações, uma das questões a saber é onde estão os espaços para brincar. Porque não criar acções "algo espectaculares" (vejam-se os objectivos que têm sido alcançados através do Green Peace) que interiorizem o direito de brincar em termos de opinião pública? As acções mediáticas podem conseguir provocar choques na consciência da generalidade dos cidadãos. É possível criar acontecimentos que possam ter um impacto social em momentos decisivos do ponto de vista legislativo.

É necessário promover esforços por forma a implementar o direito da criança a brincar e a jogar em instituições de acolhimento. A implementação dos direitos da criança ao nível da justiça de menores que prevê a intervenção judiciária, prevê igualmente a não judiciária e, ao nível não judiciário, a tónica deve ser posta nas Comissões de Protecção de Menores. Todas as comarcas deveriam ter ao seu dispor este órgão, que tem base local, é da área da competência da comarca e que pode ter um papel muito importante no levantamento das carências locais que dizem respeito à não protecção adequada da criança e à não concretização dos seus direitos.

Várias foram as chamadas de atenção sobre a problemática do Direito da Criança a brincar e a jogar. Quer sob a forma de propostas de acção, quer sob a forma de recomendações, todas elas apontam para a necessidade de uma articulação de esforços e de acções entre poderes públicos, entre entidades públicas e privadas; para a urgência da realização de protocolos de cooperação entre órgãos do poder e de instituições como o Instituto de Apoio à Criança que pode ter um papel preponderante, "enquanto voz das crianças", na área da educação, da saúde e do direito.

IAC-AÇORES

TRÊS ACÇÕES DE FORMAÇÃO PARA 67 PARTICIPANTES

A Delegação dos Açores do IAC realizou, de 11 a 15 de Abril, um conjunto de três acções de formação sobre "Direito de Brincar — Espaços Lúdicos", destinadas a professores, educadores, pais e autarcas e orientadas pela psicóloga Leonor Santos, do IAC-Lisboa, que para o efeito se deslocou a Ponta Delgada.



A primeira acção foi destinada a professores e educadores de infância, e decorreu em dois grupos, um nos dias 11 e 12 e o outro nos dias 13 e 14; a segunda destinou-se a autarcas e a terceira a pais e encarregados de educação (ambas no dia 15), tendo sido de 64 o número total de participantes. A presidente da Comissão Instaladora do IAC-Açores, Cinelância Cogumbreiro e Sousa, fez uma alocução no início dos trabalhos.

No final destas acções, concluiu-se, pelo entusiasmo que se verificou em todos os presentes, que a actividade lúdica constitui um verdadeiro despertar por parte dos formandos e autarcas, que pretendem que elas se realizem periodicamente.

Entre as actividades contam-se a participação da presidente da Comissão Instaladora na Semana Cultural das Velas de S. Jorge e numa conferência sobre o Ano Internacional da Família, alusiva à problemática da criança. Já no mês de Junho, no Dia Mundial da Criança, o IAC-Açores promoveu uma conferência sobre "A criança, a escola e a família", acções não governamentais no campo de actividades educativas e de solidariedade social.

TRABALHO DA EQUIPA DO PROJECTO DE RUA

- Participação da assistente social Matilde Esteves na Conferência Europeia "A família e mobilidade humana no espaço da União Europeia"
- Apresentação da metodologia e trabalho realizado pelo Projecto de Rua no Curso de Formação de Técnicos dos Centros Regionais, "A problemática da infância e da juventude", no dia 4 de Maio, com a participação da assistente social Fátima Palhas, o animador de rua Mário Martins e Adelina Odete.
- A jornalista Isabel Maíra, da revista "Guia", foi recebida no Espaço-Projecto, no dia 10 de Maio. Adelina Odete Marques e assistente social Matilde Esteves.
- Roque Martins, Mário Martins, Paulo Velez e Carlos Silva, com 12 crianças abrangidas pela Equipa do Projecto de Rua, participaram no Congresso Juvenil "O mundo onde queremos viver", no dia 21 de Maio. Este grupo fez, no — Roque Martins, Mário Martins, Paulo Velez e Carlos Silva, com 12 crianças abrangidas pela Equipa do Projecto de Rua, participaram no Congresso Juvenil "O mundo onde queremos viver", no dia 21 de Maio. Este grupo fez, no Anfiteatro C3 da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, uma representação cénica no encerramento do congresso.
- Jornadas "A escola e o meio rural", nos dias 27 e 28 de Maio, na Covilhã, organizadas pelo Projecto "Aldeias de montanha apostam no desenvolvimento", participando as técnicas Isabel Cândido e Raquel Coelho.
- Encontro final de todos os Projectos do Programa Pobreza-3, em Bruxelas, nos dias 27 e 28 de Junho.

EDITORIAL

Esta Utopia é a utopia necessária ao progresso que se define pelo espaço que não existe, mas que pode vir a existir.

Ambiciosa, crítica, imaginativa, sonhadora, revolucionária, reforça, fundamenta-se uma doutrina centrada no homem e no seu desenvolvimento integral. Não concebe a educação como um investimento ao serviço do desenvolvimento económico tendo por objectivo transformar o Homem em produtor e/ou consumidor de coisas, em agente de produção.

No caminho de nossa utopia, a educação surge como processo contínuo de formação, transformação do desenvolvimento pessoal e social.

No projecto do IAC, a defesa do Direito de Brincar mereceu um carinho especial, pois permitia estar mais perto da criança e falar a sua linguagem; desformalizar as sistematizações que sobrepõem o rendimento ao sentimento, as organizações cuja preocupação com a eficácia dos seus programas impedem que a criança tenha o Direito a Ser Criança.

A defesa do Direito de Brincar em espaços abertos (ao ar livre), ou fechados (ludotecas) foi sentida como necessária para educar autarcas, técnicos de saúde, artistas e outros especialistas de Ciências Humanas e Sociais, daí o êxito deste percurso e a necessidade de contribuir agora para a organização de grupos que, mantendo a sua fidelidade aos princípios que o IAC defende, sejam legitimados para que possam por si caminhar em segurança.

Assumindo-se como instituição mãe, como órgão nacional centralizador presente na criação desses organismos, o IAC sente como é agora necessário legitimar a situação dos seus filhos, apoiando a legalização da Associação Nacional de Ludotecas e Espaços de Jogo ao Ar Livre, cuja Comissão Instaladora foi criada no 6.º Encontro Nacional de Ludotecas e Espaços de Jogo ao Ar Livre. I

FOTOGRAFIA DE LUISA FERREIRA



"FAMÍLIA — QUANDO E COMO A ADOÇÃO?" FOI TEMA PARA O CONGRESSO EUROPEU DE ADOÇÃO, ORGANIZADO, DE 16 A 18 DE JUNHO, EM VISEU, COM A PRESENÇA DE MANUELA EANES (NA PRESIDÊNCIA DE UMA MESA) E DE ANA PERDIGÃO (COMENTADORA DE UM PAINEL)

SOS NA COMUNICAÇÃO SOCIAL

A paravídeo solicitou informações e dados estatísticos relativos ao SOS-Criança, para posterior divulgação na televisão.

No dia 3 de Maio, Jorge Ferreira, Rosário Costa e Isabel Carvalho representaram o SOS-Criança numa conferência na Escola Secundária n.º 2 de Queluz, intitulada "Solidariedade".

Maria João Pena participou no painel "Solidão e Encontro na Família", com uma intervenção subordinada ao tema da solidão da criança na família integrado no seminário "Sombras e Luz", organizado pelo Movimento de Acção Católica dos Meios Independentes, no dia 11 de Maio, no Forum Picoas.

No dia 11 de Maio, Manuel Coutinho, na qualidade de coordenador do SOS-Criança, foi entrevistado pela jornalista Isabel Mafra, da revista "Guia".

A equipa do SOS-Criança recebeu no dia 13 de Maio duas representantes do Ministério da Justiça e Administração Pública de São Tomé e Príncipe.

I A C P R E S E N T E

- Duas técnicas da Equipa do Serviço de Psicologia e Orientação da DREH - Área Pedagógica A1 e A3 visitaram o IAC.
- Para apresentação de um projecto de intercâmbio entre jovens com problemas emocionais, o IAC foi contactado por técnicos da White wood and Flenig e National Children's Home.
- Maria João Malhão, na reunião/debate, no dia 16 de Maio, na ESE de Lisboa, organizada pela Associação dos Profissionais de Educação da Infância, sobre o tema "Atendimento à Infância — Educação ou assistência". E, com Ana Lúcio, no colóquio "Psicologia da Educação".
- Na 5.ª Conferência Internacional sobre Sobredotação, "Psicologia e Desenvolvimento Escolar dos Alunos Sobredotados", em Famalicão, a 8 e 9 de Junho, organizado pelo Centro Português para a Criatividade e Liderança, com o apoio do IAC.
- Celeste Porto, nos dias 31 de Maio e 1 de Junho, no seminário sobre "Acção social, realidades e problemáticas", organizado pela Cruz Vermelha Portuguesa.
- Na RDP Internacional, 1 de Junho, Dia Internacional da Criança, Ana Perdigão deu uma entrevista sobre o papel do IAC na sociedade portuguesa e fez o balanço do trabalho realizado.
- No Fórum sobre "Trabalho Infantil — o papel da família, da escola e da comunidade", organizado, no dia 27 de Maio, em Vila Nova de Famalicão, pelo CNAsti — Ana Perdigão.
- Manuela Eanes, na conferência nacional sobre "Um olhar europeu", organizado pelo Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu e pelo Instituto Português de Juventude, no dia 9 de Maio.
- Em 16 e 17 de Maio, Manuela Eanes, participou, com o painel "O papel da família na protecção dos seus membros mais vulneráveis", nas Jornadas Distritais sobre a Família.
- No "Family Fest", no dia 8 de Maio.
- De 9 a 12 de Junho, no Porto, teve lugar o 1.º Congresso Internacional da Escola de Pais Nacional, integrado nos eventos para o Ano Internacional da Família 1994.
- Em Maio, no dia 7, nas Jornadas de Adopção, na Universidade Internacional, Figueira da Foz, esteve presente a Prof.ª Maria Celeste Garção, do Núcleo de Coimbra.
- Na acção de formação na Cáritas de Cernache, "O papel do brinquedo na educação, estiveram presentes, no dia 11 de Maio, o Prof.ª Pilar, o dr. João Amado e a Prof.ª Celeste Garção.
- No encontro sobre literatura infanto-juvenil, "Ler para crescer", em Pombal, de 30 de Maio a 3 de Junho.